

Saúde e educação

Consciente de que, com despachos esparsos, uns assuntos se interpondo nos outros, não conseguiria vencer as limitações que o tempo lhe impõe, o governador Joaquim Roriz inaugura hoje uma nova metodologia de abordagem dos problemas setoriais. A cada um destinará uma semana inteira de atenção, despachando na Secretaria correspondente, restringindo-se, quanto aos demais, ao que for de fato inadiável. A partir de amanhã as questões da Saúde constituirão o seu cenário exclusivo.

Há muito o que se fazer em relação a este crítico problema, não só aqui, mas no País inteiro. Aqui há um aspecto circunstancial grave, o da deterioração do equipamento físico, especialmente o do atendimento de emergência para o qual se vem dando prioridade máxima. Mas há uma questão estrutural que ainda não foi objeto de equacionamento, embora seguramente constitua o mais sensível fator de perturbação do sistema de saúde do Distrito Federal. Trata-se da pressão sobre ele exercida pela Região Geoeconômica, não só pela do Entorno. Como inexiste uma política de saúde articulada entre o DF e os municípios da vasta região adjacente, não há aqui equipamento que suporte a demanda.

A solução desta anomalia não passa, obviamente, pela expansão da base física do nosso sistema de saúde. É indispensável o estabelecimento de um sistema capilar que, partindo de Brasília, se inocule por toda a região de modo a satisfazer no próprio local a demanda de atendimento primário. Brasília deve prestar-se ao atendimento secundário e, mais no fu-

turo, ao terciário. Caso não se tenha essa visão, e não se a implemente através de ação articulada entre o DF e o Estado de Goiás, tudo quanto se fizer será pouco.

Outro fator de perturbação, da mesma gênese do anterior, são as condições sociais precárias em que vivem as populações da Geoeconômica, notadamente as do Entorno, onde praticamente não há, por exemplo, esgotos sanitários e água potável. Essa carência básica responde pela maior parte da demanda originária de além-fronteira, a qual, superpostamente, recai só sobre os serviços públicos de saúde, uma vez que o nível da renda na região é baixíssimo.

A propósito deste último aspecto, deve-se notar que o fenômeno é nacional, não apenas regional. Dados do IBGE produzidos em 1985 — não se dispõe de outros mais recentes — indicam que, naquele ano, o Inamps realizou, sozinho, 240 milhões de consultas médicas ambulatoriais, uma média de duas consultas por habitante.

Investimentos em saúde, como em educação, por mais que cresçam nunca são suficientes num País com o nosso perfil. Como não temos recursos ilimitados para socorrer a tão gigantescas necessidades, o que se deve é apelar a todos para que colaborem. A colaboração que cada um pode dar é a mudança da atitude pessoal em face às agressões de cada dia. Se todos nos educarmos para a defesa da saúde, adotando as prevenções simples que se acham ao nosso alcance, com certeza o nível melhorará. Não há, no curto prazo, qualquer alternativa a esta estratégia.